



**PROJETO DECRETO LEGISLATIVO CMI/ 06 /2023**  
***“Dispõe sobre a concessão de Título de Cidadania Honorária, e dá outras providências”***

A Câmara Municipal de Ituiutaba aprova e promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º** Fica concedido à outorga de Título de Cidadania Honorária de Ituiutaba ao DEPUTADO FEDERAL **JOSÉ VITOR DE RESENDE AGUIAR**.

**Art. 2º** A honraria será feita em Sessão Solene, a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal, especialmente para esse fim.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ituiutaba, 20 de março de 2023.

**Yata Anderson Cunha Muniz**  
Vereador

**Renato Silva Moura**  
Vereador

**Fabiana Alcântara Brito**  
Vereadora



José Vitor de Resende Aguiar - Zé Vitor, é engenheiro agrônomo e nasceu em Araguari (MG) no dia 1º de novembro de 1984. Filho de Paulo Roberto de Aguiar, empresário do ramo de produtos agrícolas e da educadora Solene Vieira de Resende Aguiar, desde cedo tinha vontade de atuar em prol da sociedade, além de se interessar pelo agro e meio ambiente.

Ainda na época escolar, participou da fundação do Grêmio Estudantil Ayrton Senna, na Escola Estadual Madre Maria Blandina (Polivalente) em 1996. Anos mais tarde, em 2000 foi eleito representante do Colegiado.

Em 2001, veio a aprovação no curso de Agronomia da UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Neste período também participou ativamente da vida acadêmica através da política. Foi presidente da Associação dos Universitários Usuários do Transporte Intermunicipal - AUTI, no biênio 2006-2007. Depois, atuou como perito Ambiental do Ministério Público de MG.

Em 2009, foi secretário Municipal de Trabalho de Ação Social em Araguari. Entre 2011 e 2012, foi secretário Municipal de Meio Ambiente. Foi candidato a vereador por Araguari em 2012.

Entre 2013 e 2016 foi professor universitário do curso de Agronomia da Unipac Uberlândia. Em, 2016 fundou o movimento popular "Reaja, Minas!"

Nos dois anos seguintes, foi Superintendente Regional de Meio Ambiente (SUPRAM) com atuação de destaque no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Ainda no ano de 2018, foi eleito deputado federal com 32.833 votos pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo como bandeira o agronegócio, o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável. Em 2019, Zé Vitor se filiou ao PL (Partido Liberal).

Em seus dois primeiros anos de trabalho como parlamentar, Zé Vitor promoveu melhoria em Saúde, Infraestrutura, Meio Ambiente e Agricultura em 90 municípios mineiros.

Apresentou diversos projetos de lei de destaque, como o PL do Desmatamento Ilegal Zero, do PL que prioriza reparação dos danos de um crime na destinação de dinheiro de fiança e o PL que acaba com impostos de medicamentos utilizados no tratamento de câncer (a ideia, meses depois, foi acatada e colocada em exercício através de decreto do presidente Jair Bolsonaro).

Em 2020, Zé Vitor obteve visibilidade nacional como relator da MP do Emprego - Medida Provisória 944 - que garantiu R\$ 26 bilhões para recursos para micro e pequenos empresários pagarem salários e despesas durante a pandemia.

O deputado é membro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Integra diversas frentes parlamentares, com destaque para a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA, importante mecanismo de representação do setor no país, na qual foi eleito coordenador de Meio Ambiente para o biênio 2021/2022.

Em 2021, foi o relator da Educação na Comissão Mista de Orçamento da Câmara. E no final do ano, obteve visibilidade nacional ao ser designado relator do Marco Legal das Ferrovias, uma das principais propostas no plano de desenvolvimento econômico do país.

Em 2022, participou de importantes votações, como o piso salarial da enfermagem, em projetos a favor dos professores, além de ter defendido no começo do ano o fim da taxa de



escassez hídrica cobrada nas contas de energia. No agro, defendeu, a regularização dos assentamentos criados após 2016 (PL 3768/2021), além de votar projetos a favor do setor.

O deputado também fez uma indicação aos Ministérios de Meio Ambiente e Relações Exteriores para que o país busque sediar a Conferência das Partes – COP29, em 2024, de preferência em um dos estados amazônicos.

Além da atuação pelo agro sustentável, o parlamentar também está alinhado com os conceitos de economia verde. Zé Vitor é vice-coordenador da Frente Parlamentar de Recursos e Energia e também participa da Frente Digital. No ano passado, participou de uma missão diplomática, junto com outros parlamentares, ao Vale do Silício.

Nas Eleições de 2022, recebeu novamente a confiança dos mineiros e confirmou o resultado do seu trabalho com a reeleição: recebeu 152.748 votos, mais do que quadruplicou o resultado obtido na eleição anterior.

O PL que classifica e regulamenta o tratamento e a produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm, recebeu mais um parecer favorável na Câmara e, agora, depende apenas da apreciação do Senado para ser aprovado. O Projeto de Lei n. 658, de 2021, é de autoria do deputado Zé Vitor (PL/MG).

Em dezembro de 2022, outro importante projeto de autoria do deputado passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) na Câmara dos Deputados e segue para o Senado: o PL 658/2021, que regulamenta a produção dos bioinsumos. Esse tipo de estratégia, além de ser benéfica para o meio ambiente, pois utiliza matéria prima de origem orgânica, é capaz de reduzir em até 70% os custos da produção.

Em janeiro de 2023, o deputado federal Zé Vitor (PL- MG) solicitou ao Ministério Público Federal (MPF) nesta terça-feira, 24, a abertura de inquérito para apurar as condições de rodovias federais nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas.

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara em 2023, além de continuar membro das Comissões de Meio Ambiente e Agricultura.